

CORREIO CARIOCA

POR
PAULA VIEIRA

Octacílio Barbosa/Alerj



Projeto será discutido pela CCJ nesta quarta-feira (10)

CCJ da Alerj analisa eleição indireta para governador do RJ

A Comissão de Constituição e Justiça da Alerj discute às 11h desta quarta-feira (11), o projeto de lei complementar que regulamenta a eleição indireta para governador do Estado. A proposta foi apresentada pelo deputado Luiz Paulo (PSD) em junho de 2025, após o então vice-governador Thiago Pampolha deixar o cargo para assumir como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Com a possível renúncia de Cláudio Castro (PL), em abril, para disputar o Senado pelo Rio de Janeiro, um outro nome deve assumir a posição até que o novo governador eleito em outubro tome posse. Líder do governo na Assembleia, o deputado Rodrigo Amorim (União), será relator da proposta. A pauta deve ir à plenário após o Carnaval.

Deputado Luiz Paulo pede transparência

Neste cenário, a eleição indireta ocorrerá no Rio de Janeiro pela primeira vez, sendo necessária a regulamentação. A proposta de Luiz Paulo é fundamentada na ADPF 969, onde o STF decidiu pela autonomia dos estados na definição desse rito. Embora o texto original previsse voto secreto, o deputado acena pela transparência. “A Constituição e o Supremo permitem o voto secreto, mas acho melhor que seja aberto. Apoiarei a emenda na CCJ para essa alteração”, explicou.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Escândalo na Saúde levou ex-governador ao impeachment

Wilson Witzel volta como pré-candidato

Cinco anos após o impeachment, o ex-governador Wilson Witzel anunciou que pretende disputar novamente o Governo do Rio em 2026. Cassado em 2021 por suspeitas de corrupção na Saúde, ele se diz vítima de um “linchamento” e afirma que não teve direito de defesa. Witzel, que era juiz federal, declarou que está mais experiente e deve se filiar a um partido de centro-direita em breve. De acordo com publicação em suas redes, ele promete focar em “segurança e valores cristãos”, buscando uma nova chance do povo fluminense para comandar o Palácio Guanabara.

Planos após inelegibilidade por 5 anos

Entre as propostas de Witzel está o Banderj, banco para financiar projetos, incluindo de habitação em comunidades. Ele avalia que o cenário para 2026 está aberto, apontando Eduardo Paes (PSD) como o nome da esquerda por apoiar o presidente Lula (PT). Mesmo após ter sido declarado inelegível por cinco anos, o ex-juiz aposta em uma virada no debate político, com “menos improviso e mais método”.

Chuvas intensas

As chuvas intensas que impactam o Estado já afetaram diversas regiões. Em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, 44 famílias estão desabrigadas. No Norte e Noroeste Fluminense, inundações impactaram a vida de 3 mil pessoas. Em Itaperuna, 315 pessoas estão desalojadas e nove desabrigadas, além da Região Serrana.

Redução de danos

Neste cenário, a Alerj aprovou em 1ª discussão, nesta segunda, o PL que cria a Semana Estadual de Combate às Enchentes, a ser realizada anualmente, na primeira semana de julho. O PL, assinado pelo deputado Daniel Librelon (Rep), foi adaptado de uma proposta apresentada por estudantes da 14ª edição do Parlamento Juvenil.

Mais segurança

A medida busca alertar e mobilizar a população sobre a importância da redução da poluição, do descarte correto e sobre práticas e tecnologias para a preservação do meio ambiente. O Governo do Estado deve realizar campanhas e palestras, além de divulgar medidas de segurança para serem adotadas durante as enchentes.

Parlamento Juvenil

Outra diretriz é a parceria do Executivo com instituições públicas e a sociedade civil para fiscalizar e garantir o direito das pessoas afetadas por enchentes. A medida votada na Alerj foi apresentada em conjunto por oito alunos eleitos por suas escolas para participar de atividades da Casa, que podem se tornar projetos aprovados.

Síndrome do Zika

Também foi aprovado na Alerj o projeto de lei 2.013/16, que obriga hospitais e postos de saúde do Rio a informar sobre a pensão especial para crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. A medida, da deputada Tia Ju (Rep) também destaca a licença-maternidade de 180 dias. O texto busca ampliar as orientações neste caso.

Orientações

A divulgação deve ser baseada nas informações sobre o direito e a referência à lei federal, com uso de QR Code que direcione para página oficial do Governo. “A proposta se justifica em razão do desconhecimento das pessoas sobre a lei, que contribui para que a mãe preste mais cuidados ao filho portador da Síndrome”, afirmou Tia Ju.



Nova tabela isenta somente quem consome até 120 kWh

Conta de luz fica mais cara com aumento da Cosip

Nova tabela impacta moradias, comércios e indústrias do Rio

Por Paula Vieira

Os moradores do Rio já sentem o impacto do aumento da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (Cosip). A taxa, alterada e aprovada pela Câmara Municipal, entrou em vigor em fevereiro após a sanção do prefeito Eduardo Paes (PSD). A medida eleva a arrecadação municipal sobre residências, comércios e indústrias, incidindo sobre o consumo de janeiro, cobrado na fatura de fevereiro.

Pela nova tabela, consumidores com gasto superior a 300 kWh por mês podem enfrentar altas de até 132,7% na Cosip. Uma conta de R\$ 370, por exemplo, que antes pagava R\$ 19,38 de taxa, passa a R\$ 45,09. No período de um ano, o gasto sobe de R\$ 232,56 para R\$ 541,08, mesmo mantendo o padrão de consumo. O reajuste ocorre para qualquer consumo acima de 171 kWh.

Durante a tramitação, a oposição tentou barrar o projeto, mas foi derrotada por 36 votos a 11. Estudo do vereador Pedro Duarte detalhou os impactos por faixas: entre 171 kWh e 200 kWh, a alta é de 74,7% (de R\$ 9,52 para R\$ 16,46). De 201 kWh a 250 kWh, sobe 39,4% (R\$ 13,86 para R\$ 19,32). Na faixa de 301 kWh a 400 kWh, o salto de 132,7% eleva o valor de R\$ 19,38 para R\$ 45,09. Para consumos acima de 550 kWh, o aumento chega a 171,4%, com cobrança fixa de R\$ 52,60.

De acordo com o município,

a lei ampliou a isenção para quem consome até 120 kWh, atingindo 1,2 milhão de lares. Quem consome entre 121 kWh e 140 kWh terá descontos, enquanto a faixa de 141 kWh a 170 kWh mantém o valor antigo. A prefeitura também previu a Desvinculação de Recursos (DREM), permitindo o uso da verba da Cosip em despesas sem relação direta com a iluminação pública. O vereador Fernando Armelau (PL) classificou o ato como “manobra injustificável”.

“O consumidor será obrigado a desembolsar um valor além do necessário para reforçar o caixa da prefeitura. É uma taxa que deveria custear iluminação, não financiar gastos gerais”, criticou Armelau. Poubel reforçou o coro: “É covardia aumentar a taxa de luz e pesar no bolso do trabalhador. Votei contra esse aumento e estarei sempre ao lado do povo”.

Votaram contra a medida: Carlos Bolsonaro, Diego Faro (PL), Dr. Rogério Amorim, Fernando Armelau, Paulo Messina, Poubel (PL); Pedro Duarte (Novo, à época); Monica Benício (Psol), Rick Azevedo, Thais Ferreira e Willian Siri.

A Firjan alertou que a energia elétrica já representa cerca de 30% dos custos industriais, e que o aumento compromete a competitividade e a retomada econômica. O SindilojasRio e o CDLRio classificaram a medida como “injusta, desproporcional e pouco transparente”.